



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 2
Horta, Segunda-Feira, 4 de Dezembro de 2000

Presidente: *Deputado Fernando Meneses*

Secretários: *Deputados António Loura e Costa Pereira (em substituição do Sr. Secretário da Mesa Raúl Rego)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 18 horas e 20 minutos.

Após a chamada, seguiu-se um intervalo de 30 minutos.

Seguidamente teve início a abertura da **Sessão Solene da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na sua VII Legislatura, com a presença do Sr. Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.**

Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, seguido pelo Sr. Ministro da República.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 15 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques
Andreia Martins Cardoso da Costa
António José Tavares de Loura
Augusto António Rua Elavai
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa
Dionísio Mendes de Sousa
Fernando Manuel Machado Meneses
Fernando Rosa Rodrigues Lopes
Francisco Cardoso Pereira Oliveira
Francisco Couto de Sousa
Francisco Cardoso Pereira Oliveira Barros
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha
Hernâni Hélio Jorge
João António Ferreira Ponte
José António Cabral Vieira
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José de Sousa Rego
José Humberto Medeiros Chaves
José do Nascimento de Ávila
Lizuarde Manuel Machado
Luís Paulo de Serpa Alves
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Óscar Manuel Valentim da Rocha
Renato Luís Pereira Leal
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

António Bento Fraga Barcelos
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
Jorge Alberto da Costa Pereira
José Joaquim Ferreira Machado
José Manuel Cabral Bolieiro Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros
Manuel da Silva Azevedo
Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Presidente: Estão presentes 38 Srs. Deputados. Declaro aberta e Sessão. Pode entrar o público.

Queria dizer-vos que a nossa sessão vai ser suspensa por cerca de 10 minutos para que eu possa receber, acompanhado dos Srs. Secretários da Mesa e dos Srs. Líderes Parlamentares, as autoridades que vêm assistir a esta Sessão Solene.

Portanto, quando forem 18 horas e 40 minutos agradeço que retomássemos os nossos lugares para darmos início à Sessão Solene.

Muito obrigado e até já.

(Eram 18 horas e 30 minutos)

Presidente: Em nome do Sr. Ministro da República declaro aberta esta Sessão Solene da VII Legislatura.

(Eram 18,50 horas)

Presidente: Exmo. Senhor Ministro da República, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmo. Senhor Procurador-Geral Adjunto da Secção Regional do Tribunal de Contas, Exmos. Senhores Deputados à Assembleia da República, Exmo. Senhor Comandante Operacional dos Açores, Exmos. Senhores Secretários Regionais, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, Exmos. Senhores Deputados Regionais, Altas Autoridades Cíveis e Militares, Exmos. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Com esta sessão presidida por Vossa Excelência Senhor Ministro da República, a quem saúdo com o mais elevado respeito e consideração, iniciamos hoje de forma solene e simbólica a VII Legislatura.

Aproveito esta ocasião Senhor Ministro, para lhe manifestar o meu grande apreço pela forma superior como tem exercido as altas funções que constitucionalmente lhe estão atribuídas, e o elevado espírito de cooperação que sempre tem mantido com esta Assembleia Legislativa.

Senhor Ministro da República, Senhor Presidente do Governo Regional, minhas Senhoras e meus Senhores:

Estamos hoje a dar início aos trabalhos parlamentares, que se prolongarão por quatro anos, na sequência das eleições regionais de 15 de Outubro, que conferiram maioria absoluta ao Partido Socialista e determinaram a actual configuração político-partidária deste Parlamento.

Para quem, como eu, viveu tempos de obscurantismo e de absoluto centralismo, um acto desta natureza, mesmo ocorrendo vinte e seis anos depois de Abril, traduz-se sempre num momento de celebração democrática.

Seguir-se-á a esta sessão, o debate do Programa do Governo após o qual, ficará o Executivo Regional politicamente apto a exercer em plenitude todas as suas competências constitucionais e estatutárias.

Cumpra-se assim a democracia e assegure-se a normalidade do sistema autonómico regional.

Saúdo também, neste momento, o Senhor Presidente do Governo Regional e os Senhores Membros do Governo cuja presença neste acto consubstancia o respeito que a todos nos merecem os normativos constitucionais e estatutários que definem os poderes dos órgãos de governo próprio da Região.

Posso garantir-lhe, Senhor Presidente do Governo, que poderá contar com toda a disponibilidade e espírito de cooperação do Presidente da Assembleia bem como, estou certo disso, de toda a abertura para o diálogo por parte desta instituição, na diversidade das suas várias opções políticas e com a frontalidade própria de um órgão desta natureza.

Senhores Deputados Regionais:

Tenho dito que esta Assembleia é o coração da Autonomia Regional.

Aqui está o povo dos Açores representado pelos seus deputados e aqui estão também presentes todas as ilhas do arquipélago, na multiplicidade das suas próprias realidades, respeitando um sistema político e eleitoral singular, e a meu ver feliz, de síntese entre o todo regional e cada uma das suas partes.

Num breve olhar para o passado mais recente, posso afirmar que o período da última legislatura foi fecundo para a consolidação da autonomia regional.

Sem cuidar de saber aqui e agora, de quem foram os maiores méritos, foi durante os últimos quatro anos que se procedeu à quarta revisão da Constituição da República Portuguesa, com importantes resultados para a clarificação do sistema autonómico, à revisão do Estatuto Político-Administrativo onde foi possível melhorar e adaptar à Constituição grande parte do respectivo normativo, à revisão do Tratado da União Europeia consagrando as ultraperiferias e à aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, instrumento decisivo para a concretização da autonomia financeira regional. Tudo isto, porém, só foi possível graças a um notável espírito de confiança mútua e de cooperação, existente entre todos os intervenientes políticos e particularmente entre as autoridades nacionais e as autoridades regionais.

Não se pense, contudo, que o trabalho está feito.

Muitas situações estão ainda por esclarecer, alterações e melhoramentos legislativos continuam a impôr-se e a concretização de alguns princípios fundamentais são ainda uma exigência.

É por isso que a autonomia é um processo inacabado que se constrói todos os dias. É nosso dever continuar esse processo com serenidade e com determinação.

Senhores Deputados Regionais:

É honroso e exigente o vosso trabalho.

É necessário e urgente que este Parlamento se aperfeiçoe cada vez mais e se adapte aos novos tempos.

Ao Presidente da Assembleia competirá estimular o debate e levar por diante as iniciativas que aqui forem aprovadas.

Neste acto, de abertura da VII Legislatura, quero dizer-vos também Senhores Deputados, que não aceito nem aceitarei o discurso daqueles que, fora desta casa, encontram na actividade parlamentar e no exercício das funções de deputado o cenário propício para a crítica destrutiva ou infundada.

A dignidade deste órgão e a respeitabilidade das funções públicas que exercemos não o permitem.

A legitimidade democrática e institucional do Parlamento não o admitem.

A luta de muitas gerações pela democracia e pela autonomia não o toleram.

Estou seguro de que, com trabalho, com seriedade e com todo o respeito por um debate vivo e rigoroso em plena liberdade, seremos capazes de levar este barco a bom porto.

Estou também certo de que é possível melhorar alguns aspectos das nossas normas de funcionamento, e o trabalho

das comissões permanentes ou eventuais, introduzir novos métodos e tecnologias na actividade parlamentar e, sobretudo, fazer com que o que aqui se faz chegue a quem nos elegeu e a quem nos poderá julgar daqui a quatro anos.

Os açorianos exigem esse esforço de todos nós, porque também são maiores os patamares de exigência e os cidadãos são hoje, felizmente, mais bem informados e mais interventores.

Os açorianos têm o direito de saber como são defendidos os seus interesses e os deputados têm o dever de informar os cidadãos sobre a forma como exercem os seus mandatos.

Esta é contudo tarefa difícil, já que temos de competir com poderosos meios de comunicação e com sofisticadas organizações mediáticas.

Porém, o distanciamento entre os cidadãos e as suas instituições representativas, a par do desinteresse pela causa pública, são terreno fértil ao desenvolvimento de autoritarismos e de formas anti-democráticas de exercício do poder.

Por outro lado, temos também de ter consciência que a democracia e a participação cívica não se esgotam nas instituições políticas.

A democracia constrói-se também hoje, através das mais variadas organizações, com quem se mantém um diálogo permanente e para quem se transferem avultados meios financeiros, sejam elas de natureza económica, desportiva, filantrópica ou cultural.

É assim, nesta diversidade, nesta complementaridade e nesta lógica de parceria, desconcentração e partilha de poder, que se fortalece e se revigora o sistema democrático.

Felizmente nesta Região Autónoma, estas nove ilhas dos Açores, apesar de pequenas em número de habitantes e em dimensão territorial, são dotadas de uma invulgar grandeza humana que se traduz em centenas e centenas de instituições, associações e colectividades que lhes dão vida, que reforçam a nossa identidade e a solidariedade social, e que estimulam o exercício da cidadania.

Senhor Ministro da República, Senhor Presidente do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores

Se este nosso tempo é melhor do que outros tempos, também

é verdade que nem tudo é fácil e que a cada passo se deparam novas dificuldades que é necessário ultrapassar.

Nascidos nestas nove ilhas que emergem deste mar tantas vezes bravio e intransponível, os açorianos são bem um exemplo de gente que ao longo da sua história soube vencer as adversidades da natureza.

Vulcões, sismos, e outras calamidades, algumas bem recentes, povoam a nossa memória e temperam o nosso carácter.

Muitos de nós são emigrantes que noutras paragens são exemplo de tenacidade e abnegação.

Somos também fonte inesgotável de valores e de cultura, fornecendo ao nosso país, dantes, como agora, importantes vultos das artes e da política.

De tudo isto são feitos os açorianos.

Por tudo isto, é nossa obrigação continuar esta luta permanente pelo nosso progresso e pelo nosso desenvolvimento.

A esta Assembleia e ao novo Governo cabe a importante tarefa, no respeito pelas respectivas competências, de conduzir os Açores pelos caminhos do futuro.

Estou certo de que vamos todos conseguir!

Disse.

(Aplausos de toda a Câmara)

Senhor Ministro da República (*Sampaio da Nóvoa*): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimas Autoridades Cíveis e Militares, minhas Senhoras e meus Senhores:

É com um sentimento profundo de respeito e consideração que me encontro hoje aqui na Assembleia Legislativa Regional dos Açores para, no exercício das funções que me são conferidas pelo Estatuto Político-Administrativo, abrir a 1ª sessão da legislatura que agora se inicia, na sequência das eleições do passado mês de Outubro, que constituíram mais uma prova do elevado civismo e da maturidade democrática dos açorianos.

Saúdo, antes de mais, os Senhores Deputados aqui presentes, que foram escolhidos para representar nesta Assembleia os interesses e as aspirações de todos os açorianos, formulando sinceros votos de que o trabalho a desenvolver

durante este mandato seja o mais profícuo possível.

Gostaria ainda de estender as minhas saudações aos Senhores Deputados que, tendo exercido funções na anterior legislatura, deixaram de pertencer a esta Assembleia, felicitando-os pela maneira digna e empenhada como corresponderam à confiança neles depositada pelos açorianos. A sua dedicação é motivo de orgulho para esta Câmara, na linha, aliás, de todos os ilustres açorianos que, desde a primeira reunião desta Assembleia, em Julho de 1976, lutaram afincada e denodadamente pelo desenvolvimento da Região e pela consolidação do regime autonómico, merecendo por isso o reconhecimento de todos os açorianos e, em geral, de todos os portugueses. Foi graças ao seu trabalho, não tenho dúvidas em afirmá-lo, que a autonomia política e administrativa regional é hoje uma realidade consolidada e uma das mais importantes instituições da democracia portuguesa.

Se a geografia ditou que os Açores se encontrem fisicamente distanciados do restante território continental, a vontade dos homens construiu a sua autonomia como um factor de constante aproximação ao todo nacional e, partindo daí, ao mundo exterior. A autonomia político-administrativa dos Açores constitui, portanto, uma manifestação particular da unidade e da solidariedade que existe entre todos os portugueses. Por isso, os Senhores Deputados desta Assembleia, tendo que cuidar dos problemas de âmbito regional, não podem esquecer - como não têm esquecido - os problemas de âmbito nacional e também os resultantes da nossa integração na União Europeia, já que todos eles acabam por ter reflexos - mais ou menos intensos - na Região. Por isso, também é justo salientar o papel de grande relevo que, nesta perspectiva, simultaneamente nacional e regional, tem sido desenvolvido pelos Senhores Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu eleitos pelos círculos eleitorais dos Açores.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional:

Foi Vossa Excelência recentemente eleito para o cargo que agora ocupa, o que traduz o reconhecimento dos membros desta Assembleia pelas suas qualidades cívicas e políticas, que vai ter oportunidade de confirmar amplamente durante o seu mandato.

Delicada e difícil a função que agora assume, já que, sendo deputado, é o primeiro dos deputados - ou, como se diz na tradição parlamentar, é um *primus inter pares* -, e por isso cabem-lhe acrescidas responsabilidades na condução dos trabalhos da Assembleia.

Da parte do Ministro da República pode Vossa Excelência contar com uma colaboração franca e leal, no respeito pelas competências de cada uma, e tendo sempre em vista os superiores interesses do País e da Região.

Gostaria ainda de cumprimentar, na pessoa de Vossa Excelência, todos os seus antecessores na Presidência da Assembleia, que muito dignificaram este cargo, com uma palavra especial para aqueles que o ocuparam, durante o meu mandato, com os quais mantive um relacionamento perfeito, que muito me apraz registar e agradecer.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Governo Regional:

Está a iniciar-se uma nova legislatura da Assembleia Regional dos Açores, coincidente com o início de funções do VIII Governo Regional, que há dias tomou posse.

São muitos os desafios que se colocam a estes dois órgãos de governo próprio da Região, nesta fase de transição de milénios, em que a Humanidade se depara com inúmeros problemas, uns novos, outros velhos de séculos, que nem o prodigioso e contraditório século que está agora a terminar foi capaz de resolver. Em contraste com avanços científicos e tecnológicos de enorme alcance, continuaram a manter-se situações de guerra e de violência, de desigualdade na distribuição do rendimento e da riqueza, de desrespeito pelos direitos humanos, de problemas sociais de extrema gravidade, e de agressões ambientais, entre outros.

E não se diga que estes são problemas que não afectam a Região Autónoma dos Açores, resguardada como está pela sua situação geográfica, no meio do Atlântico, e mesmo atendendo aos evidentes progressos, de natureza social, económica e de consciência da cidadania, que sobretudo ao longo destes anos de Autonomia se têm verificado nos Açores.

Com efeito, nesta época da globalização, tudo aquilo que se passa no Mundo acaba por se reflectir, com maior ou menor intensidade, nesta Região, com particular ênfase, como atrás disse, para os problemas de âmbito nacional, bem como para os resultantes da nossa integração na União Europeia.

Compreende-se, assim, que a Assembleia Legislativa Regional seja, nos termos constitucionais, chamada com maior regularidade a participar no processo decisório dos órgãos de soberania, contribuindo para o aperfeiçoamento das suas decisões e para uma maior adequação das soluções alcançadas à realidade regional.

Pela mesma razão, compreende-se também que a Assembleia Legislativa Regional se sinta cada vez mais motivada para participar no processo de construção europeia.

Haja em vista, designadamente, o reconhecimento formal do carácter ultraperiférico dos Açores na actual versão do Tratado da União Europeia.

Quanto aos problemas de âmbito regional, importa ter em conta não apenas aqueles de âmbito mais geral, que dizem respeito a todos os açorianos, mas também os de âmbito mais localizado, que são desde logo os problemas específicos de cada ilha, e, partindo daí, os problemas próprios de cada concelho, de cada freguesia, de cada localidade. Todos os açorianos, vivam onde viverem, numa ilha maior ou menor, num local mais ou menos acessível, merecem igual atenção da Assembleia Legislativa, no sentido da análise e ponderação dos seus problemas.

Neste contexto, é fundamental tirar partido da geografia açoriana, desenvolvendo a democracia participativa e cultivando a proximidade entre eleitores e eleitos, muito mais fácil de alcançar em círculos eleitorais pequenos. Todavia, tal como foi defendido por todas ou por quase todas as forças políticas durante a campanha eleitoral, admite-se que a Assembleia entenda reflectir sobre a actual configuração do sistema eleitoral da Região. Tarefa que não se afigura fácil, sendo, no entanto, possível que o recurso a novos métodos eleitorais pudesse permitir uma melhor conciliação dos vários valores em presença, em particular a igualdade do voto, a representatividade própria de cada ilha e a aproximação entre eleitores e eleitos.

A este propósito, cabe fazer uma referência aos partidos políticos, não só àqueles que obtiveram representação parlamentar, mas também aos que não a tendo conseguido, contribuíram para a dignidade e elevação com que decorreu a campanha e o acto eleitoral. Todos desempenharam adequadamente a sua função mediadora entre a sociedade civil e as instâncias do poder político, promovendo o debate de ideias e a discussão dos problemas da Região e dos seus habitantes, incentivando a participação activa de homens e mulheres na vida política regional. O contributo dos partidos políticos, quer pela sua actuação parlamentar, através dos grupos parlamentares, quer pela sua actividade junto das populações, tem-se revelado decisivo para a consolidação do nosso sistema democrático e para o aperfeiçoamento da autonomia.

Neste sentido, é em larga medida aos partidos e aos respectivos grupos parlamentares que compete, enquanto motores da actividade da Assembleia Legislativa Regional, promover o integral aproveitamento das competências legislativas regionais, correspondendo assim aos objectivos prosseguidos pela Assembleia da República em sucessivas revisões constitucionais e estatutárias. É indispensável, na verdade, um esforço contínuo de criatividade destinado a explorar as virtualidades - e são muitas - do sistema de competências da Assembleia Legislativa Regional, com destaque para os institutos do desenvolvimento das leis de bases da Assembleia da República, da iniciativa legislativa regional e da adaptação das leis gerais da República com respeito dos seus princípios fundamentais.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras. e Senhores Deputados:

Ninguém tem dúvidas de que são muitas e exigentes as tarefas que incumbem a Vossas Excelências, como membros do órgão legislativo da Região e fiscalizador da acção governativa.

Os açorianos não devem hesitar em dirigir-se à sua Assembleia Legislativa, transmitindo-lhe os seus problemas e preocupações. Em contrapartida, Assembleia, que sempre tem sido um órgão aberto ao exterior, deve continuar a esforçar-se por fazer chegar aos cidadãos a actividade nela desenvolvida, nomeadamente através de uma maior divulgação das reuniões plenárias e das reuniões das comissões, para que todos se possam aperceber da utilidade do trabalho desenvolvido - infelizmente, tantas vezes mal compreendido - e da sua repercussão na vida e no bem-estar dos que vivem nos Açores.

Para que esse objectivo possa ser alcançado é essencial antes de mais, o papel de uma comunicação social isenta e responsável, como tem sido timbre dos jornalistas que nesta casa têm trabalhado, aos quais eu apresento as minhas saudações. Mas, por outro lado, numa sociedade em que a formação é cada vez mais essencial, é importante também que a Assembleia tome a dianteira e adira rapidamente às novas tecnologias, disponibilizando a informação privilegiada de que dispõe e comunicando directamente com os cidadãos.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhores Membros do Governo Regional, Senhoras e Senhores Deputados:

Creio que todos reconhecem que os problemas com que se vão deparar os órgãos de governo próprio da Região são de grande delicadeza, exigindo que a Assembleia e o Governo trabalhem em consonância para os solucionar, tirando o máximo proveito daquilo que de bom existe na Região e abrindo os horizontes de um futuro promissor para os Açores e para todos os Açorianos.

Estes são tempos de esperança, em que se impõe uma atitude construtiva e concertada para que se alcancem os objectivos comuns do progresso e do desenvolvimento dos Açores. São estes os votos que, neste momento, solenemente formulo, com toda a convicção de que assim vai acontecer.

Agradecendo as palavras que Vossa Excelência me dirigiu, Senhor Presidente, tenho a subida honra de declarar aberta esta primeira sessão da VII Legislatura da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Tenho dito.

(Aplausos de toda a Câmara)

Presidente: Em nome de Sua Excelência o Senhor Ministro da República declaro encerrada esta Sessão Solene.

Muito obrigado e boa noite.

(Eram 19 horas e 15 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS):

António das Neves Lopes Gomes

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

João Manuel Bettencourt Cunha

José Francisco Salvador Fernandes

José Manuel Avelar Nunes

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses de Pinheiro

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António Freitas Valadão

O Redactor, José Rodrigues da Costa.